



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT
Sorriso / MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT (“Cooperativa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 22 de março de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa Sicredi Celeiro do MT, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: No ano de 2020, apesar de todos os desafios, a Sicredi Celeiro do MT promoveu 225 ações envolvendo o tema Educação Financeira, por meio do Programa Cooperação na Ponta do Lápis. No período, 7.836 pessoas acompanharam as ações do Programa em nossa área de atuação. Além da Educação Financeira, o Cooperativismo também foi difundido nas comunidades onde estamos presentes. Por meio de encontros virtuais, colaboradores de nossas 15 agências promoveram ações do Programa Crescer. No ano, foram criadas 118 turmas onde 2.637 pessoas prestigiaram as apresentações do Crescer. O Programa A União Faz a Vida também não parou em 2020. Foram promovidas formações e habilitações presenciais no início do ano e encontros locais, regionais e interestaduais no formato digital com professores e comunidade envolvida com o Programa. Em 2020, a Cooperativa também apoiou 47 projetos de 47 entidades sem fins lucrativos em nossa área de atuação. Além do Fundo Social, que integra o Sicredi na Comunidade, a Cooperativa lançou em 2020, no Dia de Cooperar, o Programa Apoie. A iniciativa é uma ferramenta onde doadores conseguem contribuir diretamente para a conta corrente das entidades cadastradas pela Cooperativa. O Apoie mostra que quando fazemos juntos, o impacto acontece. Em 2020, também promovemos diversas ações do Dia de Cooperar, conhecido como Dia C. Entre elas está uma ação de intercooperação que beneficiou mais de 1,2 mil pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: a inauguração da nova estrutura física da Agência Sinop, a implantação do atendimento digital via WhatsApp Corporativo, possibilitando contato direto com associado e envio de convites para participar de programas sociais. No período também eliminamos a utilização de aplicativos e outros software não homologados ou que não atendiam mais as demandas, fazendo a migração para ferramentas oficiais, a exemplo do Microsoft Teams e Planner.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Cooperava Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, destacamos a doação de quatro ventiladores pulmonares a quatro hospitais de referência na área de atuação da Cooperativa. Os aparelhos foram doados com a finalidade de apoiar os órgãos de saúde no combate a pandemia do covid-19, bem como promover o bem-estar das comunidades onde estamos presente. Além desta ação, a Agência Sinop Av. Jacarandás realizou o empréstimo de dois climatizadores para Unidade de Pronto Atendimento de Sinop. A unidade é referência no atendimento a pacientes com sintomas gripais. O objetivo do empréstimo é oferecer conforto aos pacientes da rede pública que necessitam de assistência médica. No atendimento aos associados em nossas 15 Agências, foram adotadas diversas medidas de segurança e prevenção ao covid-19, entre elas a aferição da temperatura, disponibilização de álcool gel e restrição de acesso para evitar a aglomeração. O cuidado com as equipes de colaboradores também esteve sempre presente ao longo do ano de 2020. Jovens Aprendizes, Estagiários foram dispensados das funções laborais, assim como colaboradores que se enquadram nos grupos de risco. Para as equipes, nos ambientes de trabalho, foram disponibilizados também álcool gel, máscaras e foram fixadas comunicações internas com alertas e dicas de prevenção e cuidado. Na Cooperativa, também foi criado um Comitê Gestor para debater planos de ações, acompanhamento e outros assuntos relacionados a pandemia.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT
CNPJ/MF nº 26.555.235/0001-33

ATIVO		31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		2.483.256	1.956.474	PASSIVO		1.995.671	1.528.981
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	21.251	16.643	DEPÓSITOS	(Nota 12)	1.488.834	1.010.517
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.467.353	1.919.980	Depósitos à vista		565.222	317.351
Aplicações interfinanceiros de liquidez	(Nota 05)	6.564	154.713	Depósitos interfinanceiros		10.918	11.294
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	528.250	376.834	Depósitos a prazo		912.694	681.872
Centralização financeira	(Nota 04)	459.530	263.094	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		397.638	440.488
Relações interfinanceiras ativas		46	73	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	382.351	427.663
Operações de crédito	(Nota 07)	1.390.095	1.066.444	Obrigações por repasses	(Nota 14)	2.085	-
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	82.868	58.822	Outros passivos financeiros	(Nota 15)	13.202	12.825
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(101.617)	(71.814)	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 16)	521	473
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	5.346	7.855	OUTROS PASSIVOS	(Nota 17)	108.678	77.503
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	50.989	45.884	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 18)	487.585	427.493
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	34.509	32.051	CAPITAL SOCIAL		210.359	192.969
INTANGÍVEL	(Nota 11)	5.425	5.875	RESERVAS DE SOBRAS		242.734	206.092
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		34.492	28.432
TOTAL DO ATIVO		2.483.256	1.956.474	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.483.256	1.956.474

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT
CNPJ/MF nº 26.555.235/0001-33

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	88.398	180.062	141.532
Operações de crédito (Nota 07)	81.204	162.418	134.896
Resultado títulos e valores mobiliários	7.194	17.644	6.636
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(37.083)	(78.867)	(89.147)
Operações de captação no mercado	(9.167)	(22.048)	(39.361)
Operações de empréstimos e repasses	(5.667)	(17.673)	(27.497)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 07)	(22.249)	(39.146)	(22.289)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	51.315	101.195	52.385
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(8.728)	(12.080)	29.437
Ingressos e receitas de prestação de serviços	28.596	53.165	45.747
Rendas de tarifas bancárias	6.350	11.956	9.868
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 21)	(17.989)	(34.629)	(32.279)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 22)	(19.317)	(36.520)	(33.196)
Dispêndios e despesas tributárias	(377)	(1.091)	(1.566)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 23)	12.365	27.085	69.141
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 24)	(18.356)	(32.046)	(28.278)
RESULTADO OPERACIONAL	42.587	89.115	81.822
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	31	(945)	268
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	42.618	88.170	82.090
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	860	(2.019)	(2.455)
Provisão para Imposto de Renda	561	(1.236)	(1.506)
Provisão para Contribuição Social	299	(783)	(949)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(4.671)	(7.633)	(6.617)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	38.807	78.518	73.018

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT

CNPJ/MF nº 26.555.235/0001-33

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	170.745	172.543	26.907	370.195
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	11.723	-	(23.391)	(11.668)
Destinações para reservas	-	2.626	(2.626)	-
Destinação para Fundo Social	-	-	(400)	(400)
Outras destinações	-	-	(490)	(490)
Capital de associados				
Aumento de capital	6.068	-	-	6.068
Baixas de capital	(5.710)	-	-	(5.710)
Resultado do período	-	-	73.018	73.018
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(2.843)	(2.843)
Juros sobre o capital próprio	10.143	-	(10.820)	(677)
Reserva legal - Estatutária	-	25.589	(25.589)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	5.334	(5.334)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	192.969	206.092	28.432	427.493
Mutações do Período	22.224	33.549	1.525	57.298
Saldos no início do período em 01/01/2020	192.969	206.092	28.432	427.493
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	12.772	-	(25.492)	(12.720)
Destinações para reservas	-	1.936	(1.936)	-
Destinação para Fundo Social	-	-	(500)	(500)
Destinação para FATES	-	-	(308)	(308)
Outras destinações	-	-	(196)	(196)
Capital de associados				
Aumento de capital	6.597	-	-	6.597
Baixas de capital	(7.637)	-	-	(7.637)
Resultado do período	-	-	78.518	78.518
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(3.449)	(3.449)
Juros sobre o capital próprio	5.658	-	(5.871)	(213)
Reserva legal - Estatutária	-	31.043	(31.043)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	3.663	(3.663)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	210.359	242.734	34.492	487.585
Mutações do Período	17.390	36.642	6.060	60.092
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	205.886	208.028	39.711	453.625
Destinação resultado exercício anterior				
Destinação para FATES	-	-	-	-
Outras destinações	-	-	-	-
Capital de associados				
Aumento de capital	3.369	-	-	3.369
Baixas de capital	(4.554)	-	-	(4.554)
Resultado do período	-	-	38.807	38.807
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(3.449)	(3.449)
Juros sobre o capital próprio	5.658	-	(5.871)	(213)
Reserva legal - Estatutária	-	31.043	(31.043)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	3.663	(3.663)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	210.359	242.734	34.492	487.585
Mutações do Período	4.473	34.706	(5.219)	33.960

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT
CNPJ/MF nº 26.555.235/0001-33

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	54.748	110.332	86.102
Resultado do semestre/exercício	38.807	78.518	73.018
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	15.941	31.814	13.084
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	17.005	29.803	12.094
Depreciação e amortização	2.297	4.297	3.657
Baixas do ativo permanente	36	1.115	263
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	52	48	(87)
Destinações ao FATES	(3.449)	(3.449)	(2.843)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(35.036)	118.214	(692.108)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	45.446	148.149	(86.566)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	120.482	(151.416)	(376.834)
Redução em relações interfinanceiras ativas	22.227	27	343
(Aumento) em operações de crédito	(258.666)	(323.651)	(330.218)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	10.812	(45.312)	390
(Aumento) em outros ativos financeiros	(21.755)	(24.046)	(17.070)
Redução em outros ativos	917	2.509	149
Aumento em depósitos	16.278	478.317	116.199
Aumento (Redução) em passivos financeiros	943	377	(1.450)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	116	2.085	(11.169)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(467)	(1.609)	(3.094)
Aumento em outros passivos	28.631	32.784	17.212
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	19.712	228.546	(606.006)
Aquisição de investimentos	(1.873)	(5.105)	(3.231)
Aquisição de imobilizado de uso	(782)	(6.026)	(13.013)
Aplicações no intangível	(809)	(1.394)	(816)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(3.464)	(12.525)	(17.060)
Integralização de capital	3.369	6.597	6.068
Baixa de capital	(4.555)	(7.637)	(5.710)
Juros ao capital próprio	(213)	(213)	(677)
Distribuição de Sobras	-	(13.724)	(12.558)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(1.399)	(14.977)	(12.877)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	14.849	201.044	(635.943)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	465.932	279.737	915.680
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	480.781	480.781	279.737

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT
CNPJ/MF nº 26.555.235/0001-33

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	38.807	78.518	73.018
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	38.807	78.518	73.018

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 10/02/1990 e sede situada na Avenida Natalino Joao Brescansin, 124, na cidade de Sorriso - Mato Grosso. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 15 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 12 de março de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 7;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 16;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	21.251	16.643
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	459.530	263.094
Total	480.781	279.737

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 98% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Cooperativas	-	-	-	-	129.881
DI entre Banco e Cooperativa	-	-	6.564	6.564	24.832
Total	-	-	6.564	6.564	154.713

Total circulante	-	129.881
Total não circulante	6.564	24.832

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na aquisição e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente. Também foram realizadas aplicações com o Banco para cobrir a necessidade de garantias às captações para a linha MCR (Reciprocidades), com taxa de remuneração de 100% do CDI.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Títulos de renda fixa - outros	-	2.042	-	2.042	-
Cotas de fundos multimercado	526.251	-	-	526.251	376.834
(-) Provisão de desvalorização	-	(43)	-	(43)	-
Total	526.251	1.999	-	528.250	376.834

Total circulante	528.250	376.834
-------------------------	----------------	----------------

Os títulos de renda fixa - outros referem-se as cédulas do produtor rural (CPR), cujo valor de mercado é obtido a partir da curva de juros baseada nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com o associado desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2020				31/12/2019	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	10.882	61.719	181.727	281.228	535.556	274.636
Financiamentos	591	29.639	168.089	181.407	379.726	255.163
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	19.209	435.703	19.901	474.813	536.645
Total das operações de crédito	11.473	110.567	785.519	482.536	1.390.095	1.066.444
Avais e fianças honrados	356	-	-	-	356	639
Devedores por compra de valores e bens	-	177	44	316	537	530
Títulos e créditos a receber	-	57.993	18.133	27	76.153	53.223
Total de outros créditos	356	58.170	18.177	343	77.046	54.392
Carteira total	11.829	168.737	803.696	482.879	1.467.141	1.120.836

Total circulante	984.262	882.338
Total não circulante	482.879	238.498

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	78.368	53	-	-
A	0,50	419.190	300.400	2.091	1.502
B	1,00	628.981	498.726	6.285	4.987
C	3,00	134.885	174.570	4.038	5.237
D	10,00	108.338	70.141	10.808	7.014
E	30,00	15.213	24.740	4.564	7.422
F	50,00	13.367	8.723	6.683	4.362
G	70,00	5.505	7.309	3.854	5.116
H	100,00	63.294	36.174	63.294	36.174
Total		1.467.141	1.120.836	101.617	71.814

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadradas no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 428.364 (dezembro de 2019 - R\$ 414.509) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 26). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 11.643 (dezembro de 2019 - R\$ 10.647) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2020				31/12/2019	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	9.360	97.978	252.433	248.856	608.627	370.868
Rural	-	19.209	435.703	19.901	474.813	536.645
Industrial	13	3.279	4.684	6.344	14.320	8.588
Comércio	844	22.720	52.780	90.099	166.443	98.767
Outros serviços	1.612	25.551	58.096	117.679	202.938	105.968
Total	11.829	168.737	803.696	482.879	1.467.141	1.120.836

Total circulante	984.262	882.338
Total não circulante	482.879	238.498

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	102.172	6,96	86.699	7,74
50 devedores seguintes	264.996	18,06	224.989	20,07
100 devedores seguintes	264.734	18,05	219.806	19,61
Demais	835.239	56,93	589.342	52,58
Total	1.467.141	100,00	1.120.836	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	71.814	59.720
Constituição de provisão	112.588	68.532
Reversão de provisão	(73.442)	(46.243)
Movimentação de baixados para prejuízo	(9.343)	(10.195)
Saldo final	101.617	71.814

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	38.015	77.430	67.642
Financiamentos	23.339	44.482	26.385
Financiamentos rurais e agroindustriais	16.237	34.656	33.909
Outros	74	200	270
Subtotal	77.665	156.768	128.206
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	3.539	5.650	6.690
Total	81.204	162.418	134.896

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 55.936 (2019 - R\$ 30.752).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	76.153	53.223
Rendas a receber	4.012	2.940
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	537	530
Avais e fianças honrados (Nota 07)	356	639
Operações com cartões	1.044	728
Devedores por depósitos em garantia	766	762
Total	82.868	58.822

Total circulante	81.759	57.748
Total não circulante	1.109	1.074

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	954	2.642
Adiantamentos e antecipações salariais	217	134
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	395	2.355
Adiantamentos para Confederação Sicredi	939	928
Impostos e contribuições a compensar	86	55
Cotas de consórcio	125	591
Pendências a regularizar	1.857	138
Outros	773	1.012
Total circulante	5.346	7.855

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	907	2.578
Imóveis	907	2.342
Máquinas e equipamentos	-	236
Despesas antecipadas	47	64
Total circulante	954	2.642

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	20.856	19.647
Sicredi Participações S.A.	30.132	26.236
Outras participações e investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	50.989	45.884

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	9.863.500 ON 20.268.258 PN	9.295.291 ON 19.331.615 PN	1 Quotas	1 Quotas	20.855.701 Quotas	19.647.059 Quotas
Percentual de participação	2,56%	2,72%	0,62%	0,62%	14,16%	15,58%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	147.298	126.127
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	154.771	131.820
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	1.182	764
Valor do investimento	30.132	26.236	1	1	20.856	19.647

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	44.681	(10.172)	34.509	32.051
Imobilizações em curso	-	8.570	-	8.570	5.723
Terrenos	-	10.043	-	10.043	10.043
Edificações	4%	6.251	(1.635)	4.616	5.766
Instalações	10%	1.299	(361)	938	970
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	3.550	(1.129)	2.421	2.776
Móveis e equipamentos	10%	7.804	(2.669)	5.135	4.302
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	460	(219)	241	234
Equipamentos de processamento de dados	20%	6.704	(4.159)	2.545	2.223
Veículos	20%	-	-	-	14
Intangível		14.362	(8.937)	5.425	5.875
Investimentos Confederação		14.362	(8.937)	5.425	5.875

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	565.222	-	-	565.222	317.351
Depósitos interfinanceiros	10.918	-	-	10.918	11.294
Depósitos a prazo	2.564	224	909.906	912.694	681.872
Total	578.704	224	909.906	1.488.834	1.010.517
Total circulante				578.928	331.264
Total não circulante				909.906	679.253

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	382.350	427.662
Recebimentos e pagamentos a liquidar	1	1
Total	382.351	427.663

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	14.129	288.932	15.794	318.855	422.928
Total - Recursos do Crédito Rural	14.129	288.932	15.794	318.855	422.928
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	5.704	17.548	40.243	63.495	4.734
Total - Outros Recursos	5.704	17.548	40.243	63.495	4.734
Total	19.833	306.480	56.037	382.350	427.662
Total circulante				326.313	414.981
Total não circulante				56.037	12.681

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 7,75% a.a. com vencimentos até 14/12/2022, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As obrigações por repasses interfinanceiros são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. Sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	175	631	1.279	2.085	-
Total	175	631	1.279	2.085	-
Total circulante				806	-
Total não circulante				1.279	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/11/2023.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	11.643	10.647
Recursos em trânsito de terceiros	1.559	2.178
Total circulante	13.202	12.825

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a obrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Cível	Provável	396	348
Tributária	Provável	125	125
Total não circulante		521	473

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Cível	348	114	(66)	396
Tributária	125	-	-	125
Total não circulante	473	114	(66)	521

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 0 e R\$ 124 (dezembro de 2019 - R\$ 17 e R\$ 124), respectivamente.

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	75.480	51.604
Provisão para pagamentos a efetuar	4.306	4.062
Cotas de capital a pagar	4.929	3.044
Provisão para participações nos lucros	7.806	6.807
Fundo de assistência técnica, educacional e social	6.662	4.458
Impostos e contribuições a recolher	2.388	2.352
Credores diversos	4.634	4.275
Cheques administrativos	577	474
Cobrança e arrecadação de tributos	6	161
Pendências a regularizar	1.890	266
Total Circulante	108.678	77.503

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	210.359	192.969
Total de associados	67.600	55.458

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 17.390 (2019 – R\$ 22.224), sendo R\$ 18.430 (2019 – R\$ 21.866) via integralização de resultados e R\$ 6.597 (2019 – R\$ 6.068), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 7.637 (2019 – R\$ 5.710).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,92% em Conta Capital, no montante de R\$ 5.871, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 45% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	88.170	82.090
Participação nas sobras	(7.633)	(6.617)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	80.537	75.473
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(32.215)	(30.189)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	27.555	23.310
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	2.348	4.328
Demais adições e exclusões previstas na legislação	293	96
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(2.019)	(2.455)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	6.564	154.713
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	528.250	376.834
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	459.530	263.094
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	3.110	2.634
Outros ativos (Nota 09)	939	1.457
Investimentos (Nota 10)	50.989	45.884
Intangível (Nota 11)	5.425	5.875
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	10.918	11.294
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	382.350	427.662
Outros passivos (Nota 17)	70.460	50.508
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	17.644	6.636
Ingressos e receitas de prestação de serviços	19.620	18.328
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 23)	12.023	53.464
Despesas		
Operações de captação no mercado	301	473
Operações de empréstimos e repasses	17.673	27.497
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 22)	3.138	4.438
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 24)	16.047	15.704

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	1.017	0,18%	1.267
Depósitos a prazo	2.456	0,27%	1.768
Operações de crédito	14.126	1,02%	14.820

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	4.246	3.740

NOTA 21 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	10.292	20.132	18.855
Benefícios	3.450	6.720	6.133
Encargos sociais	4.245	7.772	7.277
Treinamentos	2	5	14
Total	17.989	34.629	32.279

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	695	1.337	1.294
Aluguéis	1.417	2.759	2.407
Comunicação	523	1.037	1.218
Manutenção e conservação	978	1.836	1.755
Material de expediente	574	897	575
Processamento dados	678	1.342	892
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	3.025	6.013	6.505
Serviços do sistema financeiro	1.724	3.175	2.607
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	3.464	5.706	3.570
Serviços de vigilância e segurança	761	1.500	1.527
Serviços de transportes	997	1.944	1.909
Depreciação	1.242	2.454	2.174
Amortização (Rateio Confederação)	1.055	1.843	1.483
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	467	1.609	3.094
Emolumentos e taxas diversas	519	972	594
Outras despesas administrativas	1.198	2.096	1.592
Total	19.317	36.520	33.196

NOTA 23 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	467	1.609	3.094
Utilização de fundo social	500	500	-
Recuperação de encargos e despesas	770	1.065	1.083
Ingressos depósitos intercooperativos	4.480	10.863	52.641
Reversão de provisões operacionais	1.030	3.040	2.336
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	3.180	7.809	9.349
Reversão de provisões para passivos contingentes	11	66	251
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	775	775	-
Outras rendas operacionais	1.152	1.358	387
Total	12.365	27.085	69.141

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	912	1.398	973
Contribuições Cooperativistas	71	143	138
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	828	1.979	2.210
Contribuição Confederação Sicredi	5.846	10.803	9.574
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	1.051	2.027	1.941
Encargos da administração financeira	3	7	301
Repasse Administradora de Cartões	-	180	443
Provisões para garantias financeiras prestadas	5.494	8.805	7.734
Provisões para passivos contingentes	63	114	164
Outras provisões operacionais	647	1.159	1.070
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	2.651	4.250	2.428
Risco operacional	660	834	467
Juros e comissões	3	6	10
Outras despesas operacionais	127	341	825
Total	18.356	32.046	28.278

NOTA 25 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	38.807	78.518	73.018
Eventos não recorrentes	-	-	-
Resultado recorrente	38.807	78.518	73.018

NOTA 26 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	428.335	414.470
Coobrigações em cessões de crédito	29	39
Total	428.364	414.509

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papeis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 28 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	482.160	421.618
Nível I (NI)	482.160	421.618
Capital principal - CP	482.160	421.618
Capital social	210.359	192.969
Reservas de capital	242.734	206.092
Lucros acumulados	34.492	28.432
Ajustes Prudenciais	(5.425)	(5.875)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.921.546	1.710.039
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	745	3.053
Margem de Capital	303.671	239.011
Índice de Basileia (PR / RWA)	25,09%	24,66%
Situação de Imobilização (Imob)	34.510	32.052
Índice de Imobilização (Imob / PR)	7,16%	7,60%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 29 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Marcio Luiz de Abreu
Diretor Executivo
CPF: 004.967.879-50

Marcio Luis Welter Schoninger
Diretor de Operações
627.040.951-91

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20